



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Fortaleza/CE, 30/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	09
Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade..	13
Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações.....	14
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679	16
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720	16
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726	17
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572	18
Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações.....	21
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979	21
Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.	22
Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375	23
Quadro 12 - Dados do Programa 0750 - Apoio Administrativo	24
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000.....	24
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003.....	26
Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	28
Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	29
Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais.....	30
Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	33
Quadro 20 - Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	35
Quadro 21 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação em 31/12/2009.....	38
Quadro 22 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.....	38
Quadro 23 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	42
Quadro 24 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....	50

Sumário

Sumário.....	5
<u>Introdução.....</u>	<u>7</u>
<u>1 – Informações Gerais de Identificação.....</u>	<u>09</u>
<u>2 – Objetivos e Metas.....</u>	<u>11</u>
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais.....</u>	<u>11</u>
<u>2.1.2 – Objetivos Estratégicos.....</u>	<u>12</u>
<u>2.2 – Estratégia de Atuação.....</u>	<u>12</u>
<u>2.3 - Gestão orçamentária e financeira.....</u>	<u>13</u>
<u>2.3.1 – Programas/Ações.....</u>	<u>13</u>
<u>2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....</u>	<u>14</u>
<u>2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.....</u>	<u>14</u>
<u>2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....</u>	<u>16</u>
<u>2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....</u>	<u>17</u>
<u>2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....</u>	<u>18</u>
<u>2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....</u>	<u>21</u>
<u>2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....</u>	<u>21</u>
<u>2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....</u>	<u>22</u>
<u>2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.....</u>	<u>23</u>
<u>2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo.....</u>	<u>24</u>
<u>2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....</u>	<u>24</u>
<u>2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática.....</u>	<u>26</u>
<u>2.4 – Desempenho Operacional.....</u>	<u>28</u>
<u>2.4.1 – Evolução das despesas.....</u>	<u>28</u>
<u>2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....</u>	<u>28</u>
<u>2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	<u>29</u>
<u>2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</u>	<u>32</u>

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	33
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	35
2.4.2 – Indicadores de desempenho	37
2.4.3 – Análise do desempenho	37
3 - Recursos Humanos.....	38
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	41
5 – Informações sobre Restos a Pagar – 2009	42
6- Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	43
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	44
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	45
9 – Renúncia Tributária.....	46
10 – Operações de Fundo.....	47
11 – Determinações dos Órgãos de Controle.....	48
11.1 – Recomendações da CGU.....	48
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU.....	48
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009....	49
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	50
14 – Outras Considerações.....	51
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	52

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte e um (01) Posto Avançado localizado na Cidade de Sobral, o qual foi instituído pela Portaria n.º 219/2007-DG/DPF.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, nove (09) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH subordinadas a Delegacia Regional Executiva e, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado), além de quatro (4) Núcleos (Núcleo de Operação – NO, Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, Núcleo de Inteligência Policial – NIP e Núcleo de Repressão a Crimes Financeiros – NURFIN) e três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos – SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial - SELOG).

Considerando que o Estado do Ceará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; tem por limites o Oceano Atlântico a norte e nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, o Estado do Pernambuco ao Sul e o Estado do Piauí a oeste; encontra-se em operação dois portos de sustentação do Estado o Porto de Mucuripe e do Pecém; o Aeroporto Internacional Pinto Martins; sua área total é de 148.825,602 km², ou 9,37% da área do Nordeste e 1,7% da superfície do Brasil. A população do estado estimada para o ano de 2008 foi de 8.547.809 habitantes, conferindo ao território a oitava colocação entre as unidades federativas mais populosas.

A capital e maior cidade é Fortaleza, sede da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Outras cidades importantes fora da RMF são: Juazeiro do Norte, Crato na Região Metropolitana do Cariri, Sobral na região noroeste, Itapipoca na região norte, Iguatu na região centro-sul e Quixadá no sertão ao todo são 184 municípios.

Região de riquezas e belezas naturais possui grande fluxo de estrangeiros e nacionais que freqüentam o litoral cearense, conseqüentemente grande movimentação de vôos regionais e internacionais no Aeroporto Internacional Pinto Martins, como em toda região nordeste, o Estado do Ceará e uma das regiões de grandes questões políticas locais, concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência crimes praticados contra criança e adolescentes (pedofilia e exploração sexual), crimes eleitorais, tráfico interestadual e internacional de drogas, crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2009, a SR realizou mais de dez (10) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 120 (cento e vinte) mandados de busca e apreensão e 36 (trinta e seis) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.425 (mil quatrocentos e vinte e cinco) Inquéritos Policiais, concluídos 1.478 (mil quatrocentos e setenta e oito), e ficaram em aberto (em andamento) 4.594 (trinta e oito mil, duzentos e quarenta e oito) inquéritos.

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, tem-se como meta para 2010 priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e exploração sexual e pedofilias.

1 - Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Ceará			
Código SIORG: 1142	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200393
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(85) 3392-4900.	(85) 3392-4998	(85) 3392-4972
Endereço eletrônico: gab.srce@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Laudelino Coelho, nº 55, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – SR/DPF/CE			
Denominação abreviada: FUNAPOL – SR/DPF/CE			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200392
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(85) 3392-4900.	(85) 3392-4998	(85) 3392-4972
Endereço eletrônico: gab.srce@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Laudelino Coelho, nº 55, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 161, de 14/04/65, BS. 073, de 20/04/65.
- Transformada em Delegacia Regional pelo Dec. Lei 908, de 01/10/69, DOU. 189, de 02/10/69.
- Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72

FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
- Criação de DAS Decreto nº 70.665 de 02/06/72, DOU 104, de 06/06/72

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

2 - Objetivos e Metas

2.1 - Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Ceará

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Ceará exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2 - Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pelo Dirigente Regional os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Inserção Internacional;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Crimes Cibernéticos e fraudes bancárias.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência do Ceará atuou mais notadamente nos crimes financeiro, meio ambiente e exploração sexual e pedofilia, o chamado turismo sexual, para tanto realizando fóruns e simpósios com entidades não governamentais em parceria com o Governo do Estado do Ceará, Prefeitura de Fortaleza, a CGDI/DDH ao combate do Turismo Sexual entre outros.

2.2 - Estratégia de Atuação

No ano de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado do Ceará abrangeu diversas operações de combate a corrupção, desvio de verba pública, crimes contra o meio ambiente, tráfico de entorpecentes e combate ao Turismo Sexual, Pedofilia ligado a internet.

Para tanto esta Regional contou com o apoio da Polícia Militar, C.G.U., A.G.U., entidades do Governo do Estado do Ceará e não governamentais ao combate do turismo sexual, Ministério Público Estadual e Federal.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização e capacitação dos servidores tanto no âmbito desta Superintendência como no Órgão Central, racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições pública, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União, Serviço do Patrimônio da União (SPU), visando sempre o bem comum.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200393
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200392

2.3.1 - Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Ceará executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reforma do edifício sede desta descentralizada, para tanto contou com a parceria da Secretária de Segurança Pública do Estado do Ceará que cedeu um edifício para o deslocamento de parte do efetivo, principalmente as áreas de atendimento ao público tais como: Passaporte, Registro de Estrangeiro, SINARM, DELESP, a fim de desafogar o edifício sede para facilitar os trabalhos de reforma do prédio.

O programa de Apoio Administrativo, que representa parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, terceirização de serviços de limpeza, vigilância predial, manutenção predial, recepcionistas, custeio de alugueis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Regional, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento, especificamente nas indenizações de armas entregues pela população.

Reforma de um espaço junto a Delegacia de Polícia de Juazeiro do Norte onde será instalada a UTEC/SETEC/SR/CE visando atender parte daquela região e do Estado de Pernambuco, em cuja divisão territorial dos Estados esta concentrado o chamado “Polígono da Maconha”, onde se realizações constantes investidas do Órgão Central com apoio das SR/DPF/CE e SR/DPF/PE no combate a erradicação da maconha naquela região.

2.3.1.1 - Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segnça Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		DPF Aldair da Rocha – Superintendente Regional no Estado do Ceará
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo ¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 - Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas	Divisão de Controle de Produtos Químicos

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200393
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
2679 Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	R\$ 71.912,56	R\$ 71.912,56	R\$ 71.912,56	-

Considerações

Conforme dados obtidos pelo Setor de Controle de Produtos Químicos, vinculado a Delegacia de Repressão a Entorpecentes da SR/DPF/CE foram obtidos os seguintes dados nos períodos de 2007 a 2009:

- ✓ Em 2007 foram expedidas 288 licenças entre CRC/CLF, sendo 103 (cento e três) na modalidade CRC, 181 (cento e oitenta e um) na modalidade CLF e 4 (quatro) emissões de 2ª Via. Observou os servidores em serviço naquele setor que devido a centralização de fiscalizações e apreensões por parte do órgão central – CGPRE, não houve fiscalizações e apreensões no ano de 2007;
- ✓ O SCPQ/DRE/SR/CE informou que no ano de 2008, foram emitidas licenças CRC e CLF nos mês de Janeiro e Fevereiro de 2008: 3 (três) expedições e 20 (vinte) renovações. A partir de março de 2008 o Sistema CTI/SPQ foi desativado e com a implantação do SINPROQUIM, banco de dados dos produtos químicos o gerenciamento passou a ser feito pelo órgão central – CGPRE, continuando centralizada naquela coordenação a fiscalização e apreensões;
- ✓ E, em razão das informações expostas anteriormente, centralização dos serviços dirigidos ao público interessado nas licenças tipo CRC e CLF, uma vez que os interesses podem requerer esses serviços on-line, ou seja, via internet, repassando somente as licenças expedidas as descentralizadas para entrega aos interessados e quanto as fiscalizações e apreensões continuam, ainda, a cargo da CGPRE, portanto não há possibilidade de informar o quantitativo de emissões de licenças e renovações.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200393
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	R\$ 40.326,85	R\$ 40.326,85	R\$ 40.326,85	-

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviço e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

Na totalidade das despesas estas foram realizadas pela Unidade Gestora da própria SR, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamento e financeiro a única Delegacia Descentralizada.

Os principais entorpecentes apreendidos foram cocaína e maconha. Considerando que foram criadas novas rotas para o escoamento das substâncias entorpecentes para atender o mercado externo e interno, as ações de inteligência se intensificaram fazendo com que houvesse uma redução significativa das apreensões de cocaína no Estado do Ceará. Entende-se que apesar da redução o Aeroporto Internacional Pinto Martins manteve um índice considerado de apreensões de cocaína, tanto que os últimos índices apontados pela CGPRE/DCOR demonstraram que o aeroporto Pinto Martins foi o segundo maior em índice de apreensões em todo território nacional.

Apreensões de 2008

Tipos de Entorpecentes	Quantidades em kg	
	2008	2009
Cocaína	687,00	464,00
Maconha	2.174,00	114,00

No exercício de 2009 foram realizadas várias ações de inteligência inclusive de apoiar as operações ordinárias de todas as Delegacias da SR/DPF/CE.

2.3.1.1.3 - Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200393
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
2726 Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	R\$ 2.280.591,57	R\$ 2.280.391,57	R\$ 2.280.391,57	R\$ 200,00

Considerações

Nesta ação o empenho empregado foi quase em sua totalidade pago, destinado a área finalísticas desta Superintendência.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200393
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 12.300,00	R\$ 12.300,00	R\$ 12.300,00	-

Considerações

No ano de 2009, a Equipe T & D da SR/DPF/CE, desenvolveu a programação estabelecida, cujos resultados foram considerados excelentes, tanto no que diz respeito à participação dos servidores, quanto aos cursos desenvolvidos.

O ano de 2009 possibilitou a concretização das metas estabelecidas ampliou o raio de ação da instituição com relação à área de capacitação.

No que diz respeito às metas qualitativas, os eventos foram analisados a luz dos interesses institucionais e as necessidades de trabalho.

No ano de 2009 foram realizados 31 cursos e treinamentos com a participação de 70 servidores lotados nesta Superintendência conforme quadro discriminativo abaixo. Constam apenas a execução de R\$ 12.300,00 pela Unidade Gestora do Ceará em razão da realização orçamentária feita, diretamente pelos órgãos centrais do DPF por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários.

CURSO	PERÍODO	LOCAL	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Curso de Prática de Ensino Policial	18 a 23 de janeiro	Brasília	01
Treinamento do Sistema Nacional de Pesquisa de cursos e índices da Construção Civil	03 a 06 de março	Brasília	01
Treinamento do Equipamento Estação Total e do software SISTEN	16 a 27 de março	Brasília	01
Curso de Criminalística Aplicada	14 de abril	Fortaleza	01
Conferência do FBI Latin Americana Caribbean	17 a 19 de maio	Salvador	01
Seminário Internacional de Perícias em crimes Financeiros	21 a 26 de junho	Brasília	01
Curso de Medidas em Sistemas de Telecomunicação e Telemática	01 a 05 de junho	Brasília	01
Seminário Nacional de Patrimônio Histórico	19 a 23 de maio	São Luis/MA	01
Curso sobre investigação Internacional sobre pós explosão	23 de maio a 05 de junho	Lima/Peru	01
Congresso de combate à Pedofilia, Pornografia Infantil e Turismo Sexual	16 a 19 de junho	Recife/PE	01
Treinamento para identificação das normas de segurança dos documentos e moeda do real	06 a 11 de julho	Rio de Janeiro/RJ	01

Seminário Nacional de Meio-Ambiente	04 a 07 de agosto	Foz do Iguaçu/PR	01
Curso de Aperfeiçoamento em Contra Medidas	13 a 19 de setembro	Brasília/DF	01
Treinamento do GPS GEOXH e sonda multiparamétrica	07 a 18 de setembro	Brasília/DF	01
VI Conferência Internacional de Perícias em Crime Cibernéticos	22 de setembro a 01 de outubro	Natal/RN	01
Treinamento de Perícias em Jóias com diamantes	12 a 18 de outubro	Brasília/DF	01
II Ciclo de Palestras da Perícia Criminal Federal	23 de novembro	Fortaleza/CE	20
Curso Perícia Social	-	Fortaleza/CE	03
Informática	-	Fortaleza/CE	01
Tecnologia	-	Fortaleza/CE	01
Sistema Eletrônico de Compras	09 a 10 de março	Recife/PE	03
Formação de Pregoeiros – Pregão Eletrônico	11 a 12 de março	Recife/PE	03
Registro de Preços	30 a 31 de março	Recife/PE	03
Gestão de contratos e suprimentos	01 a 03 de abril	Recife/PE	03
Gestão de Contratos de Serviços	27 a 29 de abril	Recife/PE	01
Sistema Eletrônico de Compras	16 a 17 de março	Brasília	01
Formação de Pregoeiros – Pregão Eletrônico	18 a 19 de março	Brasília	01
Registro de Preços	13 a 14 de abril	Brasília	01
Gestão de contratos e suprimentos	15 a 17 de abril	Brasília	01
Gestão de Contratos de Serviços	04 a 06 de maio	Brasília	01
Gestão de Contratos de Serviços	22 a 24 de junho	Belo Horizonte	02

2.3.1.2 - Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 08 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		ARTUR FREIRE DE SOUSA REIS
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo²	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	200393
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
8979 Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	R\$ 25.247,05	-	-	R\$ 25.247,05

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Considerações

Inaugurado a trinta e quatro atrás o Edifício Sede da Superintendência Regional no Estado do Ceará, teve neste período um acréscimo elevado no seu quadro funcional e a demanda de suas atividades cresceram exponencialmente, como se pode ver dos últimos relatório realizados, além do prédio entrar num estado de degradação do tempo.

Diante disto foi proposto a reforma desta Regional. Houve a licitação para execução do projeto arquitetônico tendo sido vencedora a empresa ARCHITECTUS, na qual vem desenvolvendo o referido projeto o qual esta em fase final de sua execução, sendo até o momento empenhado o valor de R\$173.247,05 (cento e setenta e três mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinco centavos) e pago o valor de R\$ 48.799,27 (quarenta e oito mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos). Para o melhor andamento dos trabalhos a serem desenvolvido durante a execução da reforma e para melhor atender a nossa clientela foi descentralizado alguns serviços de atendimento ao público e para isto foi criado um convenio com o Governo do Estado do Ceará e inaugurado em maio de 2009 o anexo desta Superintendência onde se concentrou toda a área de atendimento ao público tais como, passaporte, registro de estrangeiro, SINARM, DELESP, vistoria de veículos carro forte, entre outros serviços.

Este projeto tem por finalidade ampliar melhorias para o atendimento do publico em geral e dos servidores que trabalham no prédio.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 10 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Aldair da Rocha
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200392
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
8375 Campanha do Desarmamento	R\$ 44.678,17	R\$ 36.678,17	36.678,17	R\$ 8.000,00

Considerações

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Ceará a Polícia Federal pagou R\$36.000,00 em indenizações. Foram arrecadadas 356 armas de fogo, cadastradas 5.275 armas de fogo, emitidos 7.668 Recadastramento/Renovações, emitidos 328 autorizações para aquisição de armas, protocolados 236 processos de porte federal de arma, 233 armas novas foram registradas, deferidos 60 Porte de Arma Federal, indeferidos 78 Renovações/Porte de Arma e encontram-se pendentes 96 Processos para despacho/decisão.

Apesar desta nova campanha de desarmamento que foi desencadeada próximo ao final do ano e abertura para aqueles regularizarem suas armas, no contexto geral a campanha no Estado do Ceará não surtiu o efeito desejado tendo em vista a quantidade de armas arrecadadas. Tratando-se de um Estado de dimensões abrangentes dentro da Região do Nordeste, para facilitar a arrecadação de armas foram criadas caravanas itinerantes para melhor atender a população interiorana, se instalando em cidades estratégicas no Estado do Ceará, razão pela qual, apesar da divulgação dos meios de comunicação, a campanha não atingiu a contento o seu objetivo que era arrecadar e atingir um número superior aos anos anteriores de arrecadação.

2.3.1.4 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro 12 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		ARTUR FREIRE DE SOUSA REIS
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 - Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200392 e 200393
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Unidades executoras	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
2000	Administração da Unidade	200392	R\$ 5.235.814,16	R\$ 5.068.874,95	R\$ 5.068.874,95	R\$ 166.939,21
2000	Administração da Unidade	200393	R\$ 145.290,74	R\$ 145.290,74	R\$ 145.290,74	-
TOTAL			R\$ 5.381.104,90	R\$ 5.214.165,69	R\$ 5.214.165,69	R\$ 166.939,21

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

A Superintendência da Polícia Federal no estado do Ceará celebrou em 2009 contratos com pessoas jurídicas e físicas com o objetivo de assegurar a continuidade dos seguintes serviços: energia elétrica; água e esgoto; fornecimento de água mineral, telefonia fixa e móvel; manutenção de viaturas oficiais; gerenciamento de frotas com fornecimento de combustível; fornecimento de passagens aéreas; malote e postais; vigilância armada para as instalações; manutenção da central de ar condicionado; manutenção central telefônica, manutenção das instalações elétricas, locação de fotocopiadoras, transporte de mobiliário para servidores transferidos; refeições de custodiados; limpeza e conservação do prédio; serviços de apoio administrativo e copeiragem, conservação de bens móveis e imóveis (pintor, marceneiro e bombeiro), estagiários, serviços de recepção na DELEMIG, serviços de guarda e armazenagem de veículos apreendidos, publicidade oficial (Empresa Brasileira de Comunicações e Imprensa Nacional), manutenção para equipamentos cromatógrafo a gás e espectrofotômetro, serviços médicos veterinários para os cães, fornecimento de café e açúcar e serviços de manutenção para as lanchas e botes do DEPOM.

Dentre estes é importante destacar a importância para o melhor desempenho desta administração as contratações que iniciaram no exercício de 2009: contratação de estagiários, telefonia móvel, manutenção dos aparelhos de ar condicionado e a guarda de veículos apreendidos.

Atenta-se para o fato de não ter havido contratação de serviços de manutenção predial necessária para nosso prédio já muito antigo e não liberado orçamento.

Com a inauguração do anexo desta Superintendência alguns contratos sofreram acréscimo como: limpeza e vigilância, porém ainda há a necessidade de acréscimo para atender o anexo como de copeiragem, recepção da DELEMIG, vigilantes e locação de fotocopiadoras, nestes casos o órgão central não liberou disponibilidade orçamentária. Adquirimos também para o anexo mobiliários e ar-condicionados tipo split e janeleiros.

A maior dificuldade do exercício nessa Ação foi a falta de manutenção das viaturas por mais de 6 meses, porque no final do exercício de 2008 a Diretoria de Administração e Logística Policial-DLOG em Brasília adotou medidas para contratação centralizada de uma empresa para a prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças e acessórios para todo DPF e impediu que esta Superintendência renovasse seu contrato local. Então esta Superintendência foi participante no pregão eletrônico nº 17/2008-SR/DPF/RJ, que tinha como objeto a administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, com fornecimento de peças e acessórios para todo DPF. Porém o Tribunal de Contas da União, através do processo nº 032.202/2008-1(TCU/SECEX/RJ/DT-2), em Janeiro de 2009 acatou representação contrária ao prosseguimento do processo e impediu sua continuidade liminarmente, e a DLOG diante desse fato solicitou que esta Superintendência aguardasse o julgamento do processo, para adotar outros procedimentos, não liberando dotação orçamentária para a contratação local desse objeto. A liberação de disponibilidade orçamentária foi somente em junho/2009. Diante desses fatos, esta Superintendência ficou de Janeiro a Julho/2009 sem contrato de manutenção das viaturas, portanto muitas viaturas ficaram avariadas inclusive paradas no pátio dessa Superintendência

Outra aquisição como pneus e material de consumo não foram realizadas no exercícios por não liberação dos recursos.

2.3.1.4.2 – Ação 2003 - Ações de Informática

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado

Unidades executoras	200392
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhada	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Executadas por Insc. Em RP Não-Proc.
2003 Ações de Informática	R\$ 22.128,86	R\$ 22.128,86	R\$ 22.128,86	-

Considerações

Foi empenhado apenas R\$ 22.128,86 nesta ação, pois as despesas referentes à execução desta ação eram realizadas na ação 2000. No exercício de 2009 ocorreu a transição e parte do recurso destinado para a área de Tecnologia da Informação (TI) foi destacado da ação Administração da Unidade para a ação Ações de Informática.

Esse valor empenhado foi para a aquisição de equipamentos de informática para o anexo desta Superintendência, inaugurado em maio de 2009.

2.4 - Desempenho Operacional

2.4.1 - Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 15 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	R\$ 169.129,98	R\$ 138.466,18	R\$ 169.129,98	R\$ 138.466,18
Concorrência		-		-
Pregão	R\$ 2.853.224,30	R\$ 3.734.169,47	R\$ 2.853.224,30	R\$ 3.734.169,47
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	R\$ 301.641,35	R\$ 241.636,39	R\$ 301.641,35	R\$ 241.636,39
Inexigibilidade	R\$ 682.344,50	R\$ 628.678,70	R\$ 682.344,50	R\$ 628.678,70
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	R\$ 131.454,13	R\$ 187.064,72	R\$ 131.454,13	R\$ 187.064,72
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	R\$ 2.091.022,09	R\$ 2.553.356,11	R\$ 2.091.022,09	R\$ 2.553.356,11
Outros	R\$ 281.577,53	R\$ 198.307,73	R\$ 281.577,53	R\$ 198.307,73

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 16 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
08 Outros Benefícios assistenciais	-	31.128,50	-	31.128,50	-	-	-	31.128,50
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
14 Diária – pessoal civil	2.090.560,86	2.547.623,24	2.090.560,86	2.547.623,24	-	-	2.090.560,86	2.547.623,24
30 Material de consumo	1.006.102,40	783.496,01	861.600,47	773.035,20	144.501,93	10.460,81	846.949,23	773.035,20
33 Passagens e despesas com locomoção	540.545,17	486.634,02	534.655,56	480.096,88	5.889,61	6.537,14	534.655,56	480.096,88
35 Serviços de consultoria	2.782,00	-	-	-	2.782,00	-	-	-
36 Outros serviços de terceiros – pessoa	19.526,00	24.919,81	19.526,00	24.979,81	-	-	19.526,00	24.979,81

física								
37 Locação de mão- de-obra	1.066.383,24	1.867.230,89	1.066.383,24	1.857.712,31	-	9.518,58	1.066.383,24	1.857.712,31
39 Outros serviços de terceiro pessoa jurídica	1.639.655,74	1.454.442,70	1.573.806,70	1.374.544,37	65.849,07	79.898,33	1.566.718,90	1.374.544,37
41 Contribui ções		1.034,81		1.034,81	-	-	-	1.034,81
47 Obrig.Tri but. e Contr-Op. intra- orçament arias	7.391,32	8.256,41	7.391,32	8.256,41	-	-	7.391,32	8.256,41
92 Despesas de exercícios anteriores	61.650,88	17.498,69	61.650,88	17.498,69	-	-	61.650,88	17.498,69
93 Indenizaç ões e restituiçõe s	236.193,77	208.306,52	184.730,87	190.325,70	51.462,90	17.980,82	184.730,87	190.325,70

Quadro 17 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 540.541,94	R\$ 540.545,17	R\$ 486.658,02
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 3.196.592,89	R\$ 2.090.560,86	R\$ 2.553.356,11
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 678.817,24	R\$ 1.094.226,52	R\$ 1.889.736,65
3.1 Publicidade	R\$ 12.348,12	R\$ 27.843,28	R\$ 16.500,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 429.934,05	R\$ 690.973,22	R\$ 1.215.233,28
3.3 Tecnologia da Informação	-	-	
3.4 Outras Terceirizações	R\$ 236.535,07	R\$ 375.410,02	R\$ 658.003,37

4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 8.876,11	R\$ 128.830,93	R\$ 184.838,10
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 125.572,27	-	-
TOTAIS	R\$ 4.550.400,45	R\$ 3.854.163,48	R\$ 5.114.588,88

Considerações

Com a contratação de terceirizados para os serviços de vigilância, passaporte e imigração, no final de 2008, notamos significativa melhora no atendimento ao usuário dos serviços, além disso conseguimos realocar os policiais para setores de atividade-fim, contribuindo para a melhoria operacional e de polícia judiciária em 2009.

2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 18 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
51 Obras e instalações – Op. Int. Orc.	354.663,00	25.247,05	-	-	354.663,00	25.247,05	-	-
52 Equip. E material permanente – Op. Intra Orc	477.582,95	457.315,41	62.011,38	406.571,88	415.571,57	50.743,53	62.011,38	406.571,88
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
	-	-	-	-	-	-	-	-

Considerações

O valor empenhado em obras e instalações refere-se ao aditivo do contrato com a empresa ARCHITECTUS S/S que tem como objeto a elaboração de levantamentos, estudos e projetos executivos completos referentes na reforma do edifício desta Superintendência.

Quanto aos equipamentos e material permanente foram adquiridos mobiliário, ar condicionados, materiais de informática para o anexo inaugurado em maio de 2009.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 19 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		R\$ 2.405.130,98	R\$ 2.404.930,98	R\$ 200,00	R\$ 2.404.930,98	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2009	46,40	132,50	120	120
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Gradativamente a Superintendência empenhou-se para que este índice se invertesse cobrando-se não só resultados, mas também oferecendo o suporte necessário para que isto ocorresse.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Considerações

Jan/2009	112	52	46,4
Fev/2009	159	59	37,1
Mar/2009	171	79	46,2
Abril/2009	142	90	63,4
Mai/2009	100	108	108,0
Jun/2009	113	124	109,7
Jul/2009	123	105	85,4
Ago/2009	122	260	213,1
Set/2009	137	323	235,8
Out/2009	46	167	363,0
Nov/2009	73	196	268,5
Dez/2009	123	163	132,5
TOTAL	1421	1726	120,0

Quando da assunção do atual Administrador, este buscou captar as dificuldades e necessidades dos servidores, principalmente aqueles que atuam diretamente com inquéritos policiais, visando com isto alterar os índices que se apresentavam até então, gradativamente estes índices foram se invertendo, até alcançar o patamar que hoje vemos.

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 20 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	145.290,74	NA
06	125	0662	2679	A	3	Documento emitido	NA	**	NA	NA	71.912,56	NA
06	128	0662	4572	A	3	Servidor capacitado	NA	70	NA	NA	12.300,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	08	NA	NA	2.280.391,57	NA
06	183	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	02	NA	NA	40.326,85	NA
06	122	0750	2000	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	5.068.874,95	NA
06	126	0750	2003	A	3	Não há	NA	Não há	NA	NA	22.128,86	NA
06	422	1453	8375	A	3	Indenização paga	NA	356	NA	NA	36.678,17	NA
09	271	0087	8452	A	3	-	NA	-	NA	NA	3.775,60	NA
09	272	0089	0181	OP	3	-	NA	-	NA	NA	31.128,50	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

** A partir de março de 2008 com a criação do SIPROQUIM, o banco de dados do produtos químicos, o órgão central – DCPQ/CGPRE, passou a emitir e fiscalizar as empresas de produtos químicos cabendo somente as descentralizadas o recebimento de tais documentos para repassa-los aos seus interessados.

Considerações

As ações que não possuem unidade de medida não há como mensurar a realização da meta física, o que acontece nas ações de apoio administrativo e ações de informática.

Quanto a ação Campanha de Desarmamento em 2009 foram pagas a indenizações de 256 armas o equivalente ao valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Quanto a ação *Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública* foram realizadas 02 ações no NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL-NIP:

ESTORNO	Objeto do Inquérito Policial n.º 206/2007 que apura crimes contra a Ordem Tributária e o Sistema Financeiro Nacional, foi desencadeada no mês de junho com o objetivo de dar cumprimento a 19 (dezenove) Mandados de Busca e Apreensão e 11 (onze) Mandados de Prisão Temporárias, foi apreendido um (01) veículo I/Dodge Journey SXT e um (01) veículo I/Jeep GCherokee Ltda.
LUXO	Objeto do Inquérito Policial n.º 686/2005 que apura possível prática de crime de Sonegação Fiscal, desencadeada no mês de junho com o objetivo de dar cumprimento a 05 (cinco) Mandados de Prisão Temporárias e 12 (doze) Mandados de Busca e Apreensão, foram apreendidas diversas joias a serem avaliadas por perícia e CEF.

Quanto a ação *Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União* foram realizadas 08 operações:

DELEFAZ

NINHO DE PAPAGAIO	Desencadeada no dia 03/04/2009, teve como objetivo o cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão expedido pela Justiça nos autos do IPL n.º 441/2009-SR/DPF/CE, na casa do iraniano FARAHD MARVIZI e a brasileira LILIAN DE SOUSA FERREIRA, esta presa em flagrante delito. Arrecadou-se grande quantidade em dinheiro R\$152.129,15 (Cento e cinquenta e dois mil, cento e vinte e nove reais e quinze centavos, equipamento de eletros eletrônicos, produtos importados de informática, avaliados em dois milhões e meio de reais. Houve ainda a apreensão de animais silvestres, dois papagaios e dois periquitos, da fauna brasileira.
CONTRAFACÇÃO	Desencadeada no dia 02/06/2009 com o objetivo de prender uma quadrilha especializada em confecção de documentos falsos, clonagem de cartões de crédito e desvio de dinheiro de contas bancárias por meio da internet. A operação resultou na prisão em flagrante delito de quatro pessoas numa gráfica no Jardim Guanabara, Fortaleza

DELEMAPH

VÔO LIVRE	Objeto do IPL n.º 113/2009, artigo 296 § 1º, inciso III do CPB, contra Paulo Roberto de Sousa, desencadeada para desarticular uma rinha de Canário, informações indicavam que vários criadores utilizariam suas aves para uma chamada que foi chamada de "Domingueira", competição anual que contaria com a presença de competidores de outros Estados, esperava-se encontrar outras aves exóticas que ingressaram ilegalmente no País. Foi elaborado TCO 01/2009 contra nove pessoas (sete homens e duas mulheres), apreendido R\$900,00 reais em dinheiro, 329 (trezentos e vinte e nove) aves, sendo 149 sem anilhas e materiais diversos ligados ao ilícito lavrado no TCO. Com relação ao IPL foram apreendidos 323 (trezentos e vinte e três) aves canários, 01 um ave sábia, 259 (duzentos e cinquenta e nove) ninheiras, diversos apetrechos e documentos ligados ao crime.
TERRAMAR	Objeto de Inquérito Policial em tramite, operação desencadeada em outubro de 2009 e tinha como objetivo o cumprimento de 27 (vinte e sete) Mandados de Busca e Apreensão contra pescadores da região de Icapuí/CE, referente a crimes de pesca ilegal e crime em alto mar (pirataria). Foram apreendidos na operação, marambaia, redes de cassoeiras, 03 (três) armas de fogo, munição e documentos diversos ligados ao ilícito em apuração.

DELEMIG

TOP MODEL	Desencadeada em 05/06/2009, com objetivo de cumprir três Mandados de Busca e Apreensão e um Mandado de Prisão Preventiva em nome de FRANCESCO CORVIELLO, suspeito da prática de Crime Financeiro e Turismo Sexual
BELAS NINFETAS	Desencadeada em Junho de 2009, com o objetivo de cumprir três Mandados de Busca e Apreensão em

	crime de Pedofilia na Internet, no endereço comercial da Casa Noturna de DEBORA SOFT.
PEDOFILIA	Desencadeada em 16/12/2009, com o objetivo de cumprir Mandado de Busca e Apreensão em Crime Cibernético/Pedofilia, na residência do Sr. UBIRATAN MACHADO DE CASTRO.

NURFIN

Operação Gárgula	Desencadeada em dezembro de 2009, tem por finalidade investigar crimes de desvio de verbas públicas das Prefeituras do Estado do Ceará. Foram cumpridos 50 Mandados de Busca e Apreensão e 15 Mandados de Prisão Temporária, foram apreendidos R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e U\$20.000,00 (vinte mil dólares americanos)
------------------	--

As metas em 2009, relativas ao desencadeamento de operações policiais, foram atingidas, priorizou-se aquelas de maior impacto na sociedade, como desvio de verbas públicas, crimes financeiros, ambientais e cibernéticos (pedofilia), alcançamos a melhoria na qualidade dos trabalhos.

2.4.2 - Indicadores de desempenho

IPL'S INSTAURADOS E RELATADOS

Ano	IPL's Instaurados	IPL's Relatados	Índice de produção de polícia judiciária
2008	1.875	832	43%
2009	1.419	1.726	120%

Cálculo do índice: IPL's Relatados dividido por IPL's Instaurados.

2.4.3 – Análise do desempenho

O desempenho apresentado pela SR/DPF/CE em 2009 foi significativamente melhor que o desempenho em 2008.

A produção de polícia judiciária (relação entre IPL's instaurados/relatados), considerada como prioritária pela administração, atingiu a meta estabelecida pela Direção-Geral do DPF, encerrando o exercício de 2009 entre as 06 (seis) melhores SR's do país, com o índice de produtividade de 120%, quando no ano anterior atingimos o índice de apenas 43%..

No ano de 2008, primeiro ano da atual gestão, foram implementadas diversas medidas de cunho administrativo que resultaram na melhoria do desempenho de polícia judiciária, contudo, os resultados práticos vieram a se concretizar em 2009, desempenho que pretendemos manter no ano em curso.

3 - Recursos Humanos

Quadro 21 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	469	469	Não há informação ¹
Próprios	469	469	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	138	138	
Total	583	583	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 22 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	442	R\$ 47.908.342,98	R\$ 936.877,89	R\$ 1.829.889,23	R\$ 36.268,67	R\$ 914.884,11
2008	452	R\$ 60.798.594,65	R\$ 1.963.999,76	R\$ 2.344.429,82	R\$ 52.667,12	R\$ 914.970,38
2009	469	R\$ 65.995.196,12	R\$ 1.814.296,60	R\$ 1.491.776,90	R\$ 171.497,00	R\$ 863.988,41
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-

2009	-	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	29	R\$ 429.934,05	14	R\$ 236.535,07	-	-	0	0
2008	52	R\$ 690.973,22	55	R\$ 375.410,02	-	-	0	0
2009	57	R\$ 1.215.233,28	55	R\$ 658.003,37	-	-	14	R\$ 80.090,12

Fonte: SIAPE

Considerações

O total de servidores ativos na SR/DPF/CE, considerando-se como referência 31/12/2009, é de 469 servidores entre integrantes da Carreira Policial Federal e Plano Especial de Cargos. Deste total, 54 servidores estão percebendo Abono de Permanência e a previsão para os próximos exercícios de aposentadorias é significativa.

Ressalta-se que é muito pouco o quantitativo de 70 servidores integrantes do Plano Especial de Cargos que atuam na área administrativa tais como: Atendimento ao público nas áreas de passaporte, estrangeiro, antecedentes criminais, produtos químicos, sistema nacional de armas; além de desempenharem atribuições específicas junto aos Setores (SRH, NTI, SELOG, NEOF, Material, Protocolo e Transporte); e atividades de apoio na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE.

Soma-se a esse pouco quantitativo a realidade vivenciada na área administrativa em que desde setembro/2006, termo final do concurso para o Plano Especial de Cargos realizado em 2004, ocorreram vacâncias nos cargos de 03 Agentes Administrativos, 01 Técnico de enfermagem e 01 Agente de Telecomunicação no âmbito da SR/DPF/CE e, pela ausência de concurso vigente, não houve a reposição dessa mão de obra que deixou os quadros do DPF. Neste último concurso do Plano Especial de Cargos realizado em 2004 foram reservadas apenas 16 vagas para esta Superintendência não atendendo a necessidade e hoje desse quantitativo somente ficaram 11 servidores.

É urgente a necessidade de recomposição do Plano Especial de Cargos para atuar na atividade meio e dar suporte à atividade fim do órgão.

A principal dificuldade para lotação de servidores na SR/CE foi no ano de 2009 a publicação do QCP - Quadro de Cargos Policiais – fruto do Lotacionograma, uma pesquisa realizada em 2008 pelo DPF com vistas a criar um instrumento que auxilie Gestão de Pessoal quanto a remoção e lotação de servidores nas superintendências e delegacias do interior.

Os resultados do lotacionograma identificaram que a SR/CE é uma unidade que, quando comparada com outras e com a média da PF, não possui sobrecarga de trabalho porque a lotação projetada para a unidade é inferior à lotação atual conforme quadro abaixo:

UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	LOTAÇÃO PROPOSTA	DESVIO
CE	372	252,30	119,70

A consequência desse resultado é a não criação de claros de lotação a serem preenchidos no Estado dificultando, assim, as remoções. Além disso, o concurso público realizado em 2009 não criou vagas para a SR/CE significando que não haverá a lotação de novos policiais federais. Em 2009 tivemos 06 vacâncias e 13 aposentadorias num total de 19 claros na unidade.

Para que a unidade possa ter um desempenho otimizado é necessária a recomposição do seu quadro funcional com a aquisição de novos servidores para a superintendência mediante concurso público ou remoção.

Quanto aos planos de capacitação dos servidores, a unidade através da Equipe T&D elabora anualmente o PCDRH – Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos que é encaminhado a DGP/DPF. Entretanto, em 2009 foram poucos os servidores capacitados na unidade haja vista a reduzida quantidade de processos deferidos para a liberação dos recursos necessários ao custeio das despesas com as ações de capacitação.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 - Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 23 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 21.739,04	-	-	R\$ 21.739,04
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 1.040.720,08	R\$ 53.831,58	R\$ 704.009,44	R\$ 282.879,06
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

Esta Superintendência no início do ano dá prioridade ao pagamento dos restos a pagar processados, que não foram pagos no exercício anterior por falta de financeiro.

Para o pagamento dos restos a pagar não processados aguardamos que o objeto seja realizado para que a empresa contratada posteriormente envie a nota fiscal. Quando a nota fiscal chega no NEOF devidamente atestada é feita a solicitação a COF-Coordenação de Orçamento e Finanças a liberação do recurso para o pagamento. Muitas vezes a COF demora na liberação do financeiro para pagamento dos restos a pagar, quando verificamos que o órgão central está demorando a liberar esta unidade utiliza financeiro dos contratos atuais para dar prioridade no pagamento do restos a pagar do exercício anterior.

Portanto, a maior dificuldade encontrada para pagamento dos restos a pagar é a liberação por parte do órgão central do financeiro para o pagamento.

A existência de restos a pagar a mais de um exercício financeiro aconteceu tendo em vista dois contratos: o de realização do projeto arquitetônico desta Superintendência e da reforma do NUTEC de Juazeiro do Norte/CE. Nos dois contratos, a licitação e o empenho foram realizados em 2008 e até o final de 2009 o objeto contratado não foi entregue.

O projeto arquitetônico ainda não foi entregue pela contratada, porque ainda é necessário fazer algumas adaptações no projeto, estamos portanto aguardando o recebimento definitivo do projeto para que seja realizado o pagamento.

Quanto a reforma do NUTEC a obra não foi realizada na sua totalidade sendo paga somente a parte que foi realizada, por problemas com a empresa contratada, agora no exercício de 2010 estamos providenciando o cancelamento do valor que não foi realizado.

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de do Ceará não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 - Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 - Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 - Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 - Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 - Recomendações da CGU

Não houve recomendações propostas pela CGU em 2009.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no ano de 2009.

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 24 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.		200392 e 200393	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Fortaleza/CE	Data	30 de março de 2010
Responsável	ANDREA FARIAS CARLOS	Matrícula nº	12230



14 - Outras Considerações

A Polícia Federal, na qualidade de órgão integrante da Administração Pública Federal, busca facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços que lhe compete e estimula sua participação no monitoramento do setor público, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento.

Nesse sentido, a Polícia Federal no Estado do Ceará, diante das urgentes necessidades de espaço e na medida de suas possibilidades, através de Acordo de Cooperação com o Governo do Estado do Ceará, deslocou em maio de 2009 os serviços vinculados diretamente ao atendimento do cidadão-cliente para um outro espaço fora do edifício Sede da Superintendência Regional.

Para tanto, o ajuste previu a locação de uma edificação, atualmente designada ANEXO/SR/DPF/CE, onde funcionam as seguintes delegacias: DELESP, DELINST, DELEMIG e DELEARM.

Tal medida viabilizou uma melhoria no atendimento ao cidadão na busca por soluções de suas demandas



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará.		200392 e 200393	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal ;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	18 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº	DF-12534/O-8